

Supremo dita manual dos poderes e limitações das CPIs

14/02/2006

Diante de mais um pedido de Habeas Corpus para assegurar direitos de depoentes em CPI, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal acabou por montar uma cartilha de orientação **para os parlamentares entenderem melhor seus poderes e limitações.**

O ministro explica, didaticamente, que as CPIs têm basicamente os mesmos poderes instrutórios que o Poder Judiciário, contudo — como o STF já reafirmou inúmeras vezes — a CPI não dispõe dos poderes elencados pela Constituição na cláusula de reserva de jurisdição. Ou seja: aqueles exclusivos da magistratura.

Isso significa, que em virtude dessa limitação imposta pela própria Constituição, as CPIs não podem expedir mandado de prisão cautelar (preventiva) contra qualquer pessoa, embora possa prender em flagrante quem eventualmente pratique delito contra o órgão parlamentar. Celso de Mello lembra que o direito de prender em flagrante, aliás é de qualquer um do povo, nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal.

O ministro, autor dos principais votos condutores nessa matéria, explica que as CPIs também não podem ordenar interceptação de conversações telefônicas, o que está claro no artigo 5º, inciso da Constituição. E, por fim, as CPIs tampouco podem expedir mandado de busca domiciliar, por força do artigo 5º inciso XI da CF.

Direito de calar

No caso concreto, Celso de Mello apreciou pedido de Habeas Corpus impetrado em favor de Jorge Ribeiro dos Santos, dono da São Paulo CCTVM, corretora de valores, convocado para depor na CPI dos Correios nesta quarta-feira (15/2). O ministro assegurou ao depoente o direito de se fazer assessorar por seu advogado, observadas todas as prerrogativas em vigor previstas na Lei 8.906/94 — o Estatuto da Advocacia.

No HC, o advogado de Ribeiro dos Santos, pedia que fosse assegurado o direito do depoente de ficar calado e não se auto-incriminar. Pedia que o depoente pudesse estar acompanhado por seu advogado e com este poder se comunicar durante o depoimento, além de não ser obrigado “a assinar Termo de Compromisso na condição de testemunha”.

O ministro Celso de Mello concedeu o pedido de liminar, para assegurar que Ribeiro dos Santos seja assistido e possa comunicar com o seu advogado. O ministro também concedeu o direito ao



depoente de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si próprio, “se e quando inquirido sobre fatos cujo esclarecimento possa importar em sua auto-incriminação, sem dispensá-lo, contudo, da obrigação de comparecer perante o órgão parlamentar ora apontado como coator”.

Celso de Mello ressaltou em seu voto que as CPIs estão sujeitas as **mesmas limitações impostas a qualquer autoridade pública, porque no sistema constitucional brasileiro não há poderes absolutos nem ilimitados, o que significaria a deformação do próprio regime democrático que não convive com poderes que não se sujeitem a limitações da Constituição e das Leis da República.**

Leia o voto do ministro Celso de Mello:

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 88.015-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	:	MIN. CELSO DE MELLO
PACIENTE(S)	:	JORGE RIBEIRO DOS SANTOS
IMPETRANTE(S)	:	ALBERTO TICHAUER
COATOR(A/S)(ES)	:	PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPMI DOS CORREIOS

EMENTA: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI). PRIVILÉGIO CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO: GARANTIA BÁSICA QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS. A PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO (PARLAMENTAR, POLICIAL OU JUDICIAL) NÃO SE DESPOJA DOS DIREITOS E GARANTIAS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO E PELAS LEIS DA REPÚBLICA. DIREITO À ASSISTÊNCIA EFETIVA E PERMANENTE POR ADVOGADO: UMA PROJEÇÃO CONCRETIZADORA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO “DUE PROCESS OF LAW”. A PRIMAZIA DA “RULE OF LAW”. A PARTICIPAÇÃO DOS ADVOGADOS PERANTE AS



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O NECESSÁRIO RESPEITO ÀS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS DESSES OPERADORES DO DIREITO (MS 25.617/DF, REL. MIN. CELSO DE MELLO, DJU 03/11/2005, V.G.). O POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES E A LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO CONTROLE, PELO JUDICIÁRIO, DAS FUNÇÕES INVESTIGATÓRIAS DAS CPIs, SE E QUANDO EXERCIDAS DE MODO ABUSIVO. DOUTRINA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*” preventivo, que, **impetrado** contra a “CPMI dos Correios”, **objetiva preservar** o “*status libertatis*” do ora paciente, **por ela convocado** a depor em sessão a ser realizada **no próximo** dia 15 de fevereiro.

Busca-se, com a presente ação de “*habeas corpus*”, **a obtenção** de provimento jurisdicional **que assegure**, cautelarmente, ao ora paciente, (a) **o direito de ser assistido** por seu Advogado **e de com este comunicar-se durante** o curso de seu depoimento **perante** a referida Comissão Parlamentar de Inquérito **e (b) o direito de exercer** o privilégio constitucional **contra** a auto-incriminação, **sem** que se possa adotar, **contra** o ora paciente, como consequência do regular exercício dessa especial prerrogativa jurídica, **qualquer** medida restritiva de direitos **ou** privativa de liberdade, **não podendo**, ainda, esse **mesmo** paciente, **ser obrigado** “a assinar Termo de Compromisso na condição de testemunha” (fls. 11).

Passo a apreciar o pedido de medida liminar formulado nesta sede processual.

E, ao fazê-lo, **defiro** a postulação em causa, **nos termos referidos** no parágrafo anterior (“a” e “b”), **notadamente para o fim de assegurar**, ao ora paciente, **além do direito** de ser assistido **e de comunicar-se** com o seu advogado, **também o direito de permanecer** em silêncio **e de não produzir** provas contra si próprio, **se e quando** inquirido sobre fatos cujo esclarecimento **possa importar** em sua auto-incriminação, **sem dispensá-lo**, contudo, **da obrigação de comparecer** perante o órgão parlamentar ora apontado como coator.

CPI E O PRIVILÉGIO CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO.

Tenho enfatizado, em decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal, **a propósito** da prerrogativa constitucional **contra** a auto-incriminação (RTJ 176/805-806, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **e com apoio** na jurisprudência **prevalecente** no âmbito desta Corte, **que assiste**, a **qualquer** pessoa, **regularmente** convocada para depor perante Comissão Parlamentar de Inquérito, o **direito** de se manter em silêncio, **sem** se expor – **em virtude** do exercício **legítimo** dessa faculdade – a **qualquer** restrição em sua esfera jurídica, **desde** que as suas respostas, às indagações que lhe venham a ser feitas, **possam acarretar-lhe** grave dano (“*Nemo tenetur se detegere*”).

É que indiciados ou testemunhas **dispõem**, em nosso ordenamento jurídico, da **prerrogativa** contra a auto-incriminação, **consoante** tem proclamado a **jurisprudência constitucional** do Supremo Tribunal Federal (RTJ 172/929-930, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RDA 196/197, Rel. Min. CELSO DE MELLO - HC 78.814/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Cabe acentuar que o **privilegio contra a auto-incriminação** - que é **plenamente invocável** perante as Comissões Parlamentares de Inquérito (OVÍDIO ROCHA BARROS SANDOVAL, “CPI ao Pé da Letra”, p. 64/68, itens ns. 58/59, 2001, Millennium; UADI LAMMÊGO BULOS, “Comissão Parlamentar de Inquérito”, p. 290/294, item n. 1, 2001, Saraiva; NELSON DE SOUZA SAMPAIO, “Do Inquérito Parlamentar”, p. 47/48 e 58/59, 1964, Fundação Getúlio Vargas; JOSÉ LUIZ MÔNACO DA SILVA, “Comissões Parlamentares de Inquérito”, p. 65 e 73, 1999, Ícone Editora; PINTO FERREIRA, “Comentários à Constituição Brasileira”, vol. 3, p. 126-127, 1992, Saraiva, v.g.) - **traduz** direito público subjetivo, de estatura constitucional, **assegurado a qualquer pessoa** pelo art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Política.

Convém assinalar, neste ponto, que, “Embora aludindo ao **preso**, a interpretação da regra constitucional **deve** ser no sentido de que a garantia abrange **toda e qualquer pessoa**, pois, diante da **presunção de inocência**, que também constitui garantia fundamental do cidadão (...), a prova da culpabilidade **incumbe** exclusivamente à acusação” (ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO, “Direito à Prova no Processo Penal”, p. 113, item n. 7, 1997, RT - grifei).

É por essa razão que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **reconheceu** esse direito **também em favor** de quem presta depoimento **na condição de testemunha**, advertindo, então, que “**Não configura** o crime de falso testemunho, quando a pessoa, **depondo como testemunha, ainda que compromissada**, deixa de revelar fatos **que possam incriminá-la**” (RTJ 163/626, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - grifei).

Com o **explícito reconhecimento** dessa prerrogativa, **constitucionalizou-se**, em nosso sistema jurídico, **uma das mais expressivas** consequências derivadas da cláusula do “*due process of law*”.

Qualquer pessoa que sofra investigações penais, policiais **ou parlamentares**, ostentando, **ou não**, a condição formal de indiciado - **ainda** que convocada como testemunha (RTJ 163/626 - RTJ 176/805-806) -, **possui**, dentre as várias **prerrogativas** que lhe são **constitucionalmente** asseguradas, **o direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas** contra si própria, **consoante reconhece a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse direito, na realidade, **é plenamente oponível** ao Estado, **a qualquer** de seus Poderes e aos seus respectivos agentes e órgãos. **Atua**, nesse sentido, **como poderoso fator de limitação** das próprias atividades de investigação e de persecução desenvolvidas pelo Poder Público (Polícia Judiciária, Ministério Público, Juízes, Tribunais e **Comissões Parlamentares de Inquérito, p. ex.**).

Cabe registrar que a cláusula legitimadora **do direito ao silêncio**, ao explicitar, **agora em sede constitucional**, o postulado **segundo o qual** “*Nemo tenetur se detegere*”, **nada mais fez** senão consagrar, desta vez no âmbito do sistema normativo instaurado pela Carta da República de 1988, **diretriz fundamental** proclamada, **desde 1791**, pela **Quinta Emenda** que compõe o “*Bill of Rights*” norte-americano.

Na realidade, **ninguém pode ser constrangido** a confessar a prática de um ilícito penal (HC 80.530-MC/PA, Rel. Min. CELSO DE MELLO). **Trata-se de prerrogativa**, que, **no autorizado magistério** de ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“**Direito à Prova no Processo Penal**”, p. 111, item n. 7, 1997, RT), “*constitui uma decorrência natural do próprio modelo processual paritário, no qual seria inconcebível que uma das partes pudesse compelir o adversário a apresentar provas decisivas em seu próprio prejuízo...*”.

O direito de o indiciado/acusado (ou testemunha) **permanecer em silêncio** – consoante **proclamou** a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em **Escobedo v. Illinois** (1964) e, **de maneira mais incisiva**, em **Miranda v. Arizona** (1966) – **insere-se no alcance concreto** da cláusula constitucional **do devido processo legal**.

A **importância** de tal entendimento firmado em **Miranda v.**

Arizona (1966) **assumiu** tamanha significação **na prática** das liberdades constitucionais nos Estados Unidos da América, que a Suprema Corte desse país, em julgamento **mais recente** (2000), **voltou a reafirmar** essa “*landmark decision*”, **assinalando** que as diretrizes **nela** fixadas (“*Miranda warnings*”) – **dentre as quais** se encontra a **prévia** cientificação **de que ninguém** é obrigado a confessar **ou** a responder a **qualquer** interrogatório – **exprimem** interpretação do próprio “*corpus*” constitucional, **como advertiu** o então “*Chief Justice*” William H. Rehnquist, **autor** de tal decisão, **proferida**, por 07 (sete) votos a 02 (dois), no caso **Dickerson v. United States** (530 U.S. 428, 2000), **daí resultando**, como **necessária** consequência, **a intangibilidade** desse precedente, **insuscetível de ser derogado** por legislação **meramente ordinária emanada** do Congresso americano (“... *Congress may not legislatively supersede our decisions interpreting and applying the Constitution ...*”).

Cumpre rememorar, bem por isso, que o **Pleno** do Supremo Tribunal Federal, **ao julgar o HC 68.742/DF**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO (DJU de 02/04/93), **também reconheceu que o réu não pode**, em virtude do princípio constitucional **que protege qualquer** acusado **ou** indiciado **contra** a auto-incriminação, **sofrer**, em função **do legítimo**

exercício desse direito, **restrições** que afetem o seu “*status poenalis*”.

Esta Suprema Corte, **fiel aos postulados constitucionais** que expressivamente delimitam o círculo de atuação das instituições estatais, **ênfaticamente** **que qualquer indivíduo** submetido a procedimentos investigatórios **ou** a processos judiciais de natureza penal “**tem**, *dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer calado. ‘Nemo tenetur se detegere’*. Ninguém pode ser constrangido a confessar a prática de um ilícito penal” (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Em suma: o direito ao silêncio – **e de não produzir** provas **contra** si próprio – **constitui** prerrogativa individual **que não pode** ser desconsiderada por **qualquer** dos Poderes da República.

Cabe enfatizar, por necessário – **e como natural decorrência** dessa insuprimível prerrogativa constitucional – **que nenhuma conclusão** desfavorável **ou qualquer restrição** de ordem jurídica à situação individual da pessoa **que invoca essa cláusula de tutela** pode ser extraída de sua válida e legítima **opção pelo silêncio**. **Daí a grave – e corretíssima – advertência** de ROGÉRIO LAURIA TUCCI (“**Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro**”, p. 370, item n. 16.3, 2ª ed., 2004, RT), para quem **o direito de permanecer calado** “*não pode importar em desfavorecimento do imputado, até porque consistiria inominado absurdo entender-se que o exercício de um direito, expresso na Lei das Leis como fundamental do indivíduo, possa acarretar-lhe qualquer desvantagem*”.

Esse mesmo entendimento é perfilhado por ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“**Direito à Prova no Processo Penal**”, p. 113, item n. 7, nota de rodapé n. 67, 1997, RT), **que repele**, por **incompatíveis** com o **novo** sistema constitucional, **quaisquer** disposições legais, prescrições regimentais **ou práticas estatais** que autorizem inferir, do exercício do direito ao silêncio, **inaceitáveis conseqüências prejudiciais** à defesa, aos direitos **e** aos interesses do réu, do indiciado **ou** da pessoa meramente investigada, **tal como** já o havia proclamado este Supremo Tribunal Federal, **antes da edição** da Lei nº 10.792/2003, que, **dentre** outras modificações, **alterou** o art. 186 do CPP:

“Interrogatório - Acusado - Silêncio. A parte final do artigo 186 do Código de Processo Penal, no sentido de o silêncio do acusado poder se mostrar contrário aos respectivos interesses, não foi recepcionada pela Carta de 1988, que, mediante o preceito do inciso LVIII do artigo 5º, dispõe sobre o direito de os acusados, em geral, permanecerem calados (...).”

(RTJ 180/1125, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifei)

No sistema jurídico brasileiro, **estruturado** sob a égide do regime democrático, **não existe** qualquer possibilidade de o Poder Público (uma Comissão Parlamentar de Inquérito, **p. ex.**),

por **simples presunção** ou com fundamento em **meras suspeitas**, reconhecer, **sem** prévia decisão judicial condenatória **irrecorrível**, a culpa de alguém.

Na realidade, os **princípios democráticos** que informam o modelo constitucional **consagrado** na Carta Política de 1988 **repelem** qualquer comportamento estatal **que transgrida** o dogma de que **não haverá** culpa penal por presunção, **nem** responsabilidade criminal por mera suspeita (RT 690/390 – RT 698/452-454).

É por essa razão que *“Não podem repercutir contra o réu situações jurídico-processuais ainda não definidas por decisão irrecorrível do Poder Judiciário, especialmente naquelas hipóteses de inexistência de título penal condenatório definitivamente constituído”* (RTJ 139/885, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Não constitui demasia enfatizar, neste ponto, que o princípio constitucional da não-culpabilidade **também consagra**, em nosso sistema jurídico, **uma regra de tratamento que impede** o Poder Público **de agir e de se comportar**, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado, ao réu **ou** a qualquer pessoa, **como se estes** já houvessem sido condenados **definitivamente** por sentença do Poder Judiciário.

Em suma: cabe ter presente, no exame da matéria ora em análise, **a jurisprudência constitucional** que **tem** prevalecido, **sem** maiores disceptações, **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal:

*“– O **privilegio contra a auto-incriminação** – que é **plenamente** invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – **traduz** direito público subjetivo **assegurado a qualquer pessoa**, que, **na condição** de testemunha, de indiciado ou de réu, **deva prestar depoimento** perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.*

*– O exercício do direito de permanecer em silêncio **não autoriza** os órgãos estatais a dispensar qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. **Precedentes.***

O direito ao silêncio – enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (**nemo tenetur se detegere**) – **impede**, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, **por tal específica razão**, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado.

*– **Ninguém pode ser tratado como culpado**, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, **sem que exista**, a esse respeito, decisão judicial condenatória **transitada em julgado.***

*O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema jurídico, **consagra uma regra de tratamento que impede** o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. **Precedentes.***

(RTJ 176/805-806, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

A PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO PERANTE A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

Impende assinalar, de outro lado, **tendo em vista** o pleito deduzido **em favor** do ora paciente – **no sentido de que se lhe assegure** o direito de ser assistido por seu Advogado e de com este comunicar-se **durante** o curso de seu depoimento **perante** a “CPMI dos Correios” –, **que cabe, ao Advogado, a prerrogativa**, que lhe é dada por força e autoridade da lei, **de velar pela intangibilidade** dos direitos **daquele** que o constituiu como **patrono** de sua defesa técnica, **competindo-lhe**, por isso mesmo, para o **fiel** desempenho do “munus” de que se acha incumbido, o exercício dos **meios legais** vocacionados à **plena** realização de seu **legítimo** mandato profissional.

Na realidade, **mesmo** o indiciado, **quando submetido** a procedimento inquisitivo, de caráter unilateral (**perante** a Polícia Judiciária **ou** uma CPI, **p. ex.**), **não se despoja** de sua condição **de sujeito** de determinados direitos e de garantias indisponíveis, **cujo desrespeito** põe em evidência a censurável **face arbitrária** do Estado cujos poderes, necessariamente, **devem conformar-se** ao que **impõe** o ordenamento positivo da República, **notadamente** no que se refere à efetiva e permanente assistência técnica por Advogado.

Esse entendimento – que **reflete** a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **construída** sob a égide da **vigente** Constituição (MS 23.576/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 07/12/99 e DJU 03/02/2000 – MS 23.684/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJU 10/05/2000 – MS 25.617-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 03/11/2005, v.g.) – **encontra apoio** na lição de autores eminentes, que, **não desconhecendo** que o exercício do poder **não autoriza** a prática do arbítrio, **ainda** que se cuide de mera **investigação** conduzida **sem** a garantia do contraditório, **ênfatizam** que, **em tal** procedimento inquisitivo, **há direitos** titularizados pelo indiciado **que não podem ser ignorados** pelo Estado.

Cabe referir, nesse sentido, **dentre** outras lições **inteiramente aplicáveis** às Comissões Parlamentares de Inquérito, o **autorizado magistério** de FAUZI HASSAN CHOUKE (“Garantias Constitucionais na Investigação Criminal”, p. 74, item n. 4.2, 1995, RT), de ADA PELLEGRINI GRINOVER (“A Polícia Civil e as Garantias Constitucionais de Liberdade”, “in” “A Polícia à Luz do Direito”, p. 17, 1991, RT), de ROGÉRIO LAURIA TUCCI (“Direitos e

Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro", p. 383, 1993, Saraiva), de ROBERTO MAURÍCIO GENOFRE ("**O Indiciado: de Objeto de Investigações a Sujeito de Direitos**", "in" "Justiça e Democracia", vol. 1/181, item n. 4, 1996, RT), de PAULO FERNANDO SILVEIRA ("**Devido Processo Legal - Due Process of Law**", p. 101, 1996, Del Rey), de ROMEU DE ALMEIDA SALLES JUNIOR ("**Inquérito Policial e Ação Penal**", p. 60/61, item n. 48, 7ª ed., 1998, Saraiva) e de LUIZ CARLOS ROCHA ("**Investigação Policial - Teoria e Prática**", p. 109, item n. 2, 1998, Saraiva).

Assume inquestionável valor, bem por isso, **presente** o contexto ora em análise (**direitos** do indiciado **e prerrogativas profissionais** do Advogado perante a CPI), a **lição** de ODACIR KLEIN ("**Comissões Parlamentares de Inquérito - A Sociedade e o Cidadão**", p. 48/49, item n. 4, 1999, Sergio Antonio Fabris Editor), **que tanta expressão deu**, quando membro do Congresso Nacional, à atividade legislativa:

"O texto constitucional consagra o princípio de que ninguém é obrigado a se auto-incriminar.

*Dessa forma, **estará agindo no mínimo autoritariamente** quem, participando de uma CPI, **negar** o direito ao silêncio à pessoa que possa ser responsabilizada ao final da investigação.*

***Em seu interrogatório**, o indiciado **terá que ser tratado** sem agressividade, truculência ou deboche, por quem o interroga diante da imprensa e sob holofotes, já que a exorbitância da função de interrogar está coibida pelo art. 5º, III, da Constituição Federal, que prevê que 'ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante'.*

Aquele que, numa CPI, ao ser interrogado, for injustamente atingido em sua honra ou imagem, poderá pleitear judicialmente indenização por danos morais ou materiais, neste último caso, se tiver sofrido prejuízo financeiro em decorrência de sua exposição pública, tudo com suporte no disposto na Constituição Federal, em seu art. 5º, X.

.....

***Na condição de indiciado, terá direito à assistência de advogado, garantindo-se ao profissional**, com suporte no art. 7º da Lei 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e da OAB - **comparecer** às reuniões da CPI (VI, d), **nelas podendo reclamar, verbalmente** ou por escrito, **contra** a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento (XI)." (grifei)*

Extremamente oportunas, sob tal aspecto, **as observações** feitas pelo ilustre Advogado paulista e ex-Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Dr. MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA ("**As CPIs e a Advocacia**", "in" "O Estado de S. Paulo", edição de 05/12/99, p. A22):

*“Nem se diga, no **lastimável** argumento repugnante à inteligência e **comprometedor** do bom senso, **que a presença ativa dos advogados nas sessões das CPIs frustraria** os seus propósitos investigatórios. **Fosse assim, tampouco chegariam a termo** as averiguações policiais; **ou** os inquéritos civis conduzidos pelo Ministério Público; **ou**, ainda, as inquirições probatórias administradas pelo Judiciário. **Com plena razão**, magistrados, promotores e delegados **jamais alegaram a Advocacia** como obstáculo, **bem ao contrário**, nela enxergando meio útil à descoberta da verdade e à administração da Justiça.” (grifei)*

Registre-se, ainda, **por necessário**, que, **se é certo que a Constituição atribuiu às CPIs “os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”** (CF, art. 58, § 3º), **não é menos exato** que os órgãos de investigação parlamentar estão **igualmente** sujeitos, **tanto quanto os juízes**, às **mesmas** restrições e limitações **impostas** pelas normas legais e constitucionais **que regem** o “*due process of law*”, **mesmo que se cuide** de procedimento instaurado em sede administrativa **ou** político-administrativa, **de tal modo que se aplica às CPIs, em suas relações com os Advogados, o mesmo dever** de respeito – cuja observância **também se impõe** aos Magistrados (**e a este Supremo Tribunal Federal, inclusive**) – **às prerrogativas profissionais** previstas **no art. 7º da Lei nº 8.906/94, que instituiu o “Estatuto da Advocacia”**.

O **Advogado** – ao cumprir o dever de prestar **assistência técnica** àquele que o constituiu, **dispensando-lhe** orientação jurídica perante **qualquer** órgão do Estado – **converte**, a sua atividade profissional, **quando exercida com independência e sem indevidas restrições**, em prática inestimável de liberdade. **Qualquer** que seja o espaço institucional de sua atuação (**Poder Legislativo, Poder Executivo ou Poder Judiciário**), **ao Advogado** incumbe **neutralizar** os abusos, **fazer cessar** o arbítrio, **exigir** respeito ao ordenamento jurídico **e velar** pela integridade das garantias jurídicas – legais ou constitucionais – **outorgadas àquele** que lhe confiou a **proteção** de sua liberdade e de seus direitos, **dentre os quais** avultam, por sua inquestionável importância, a **prerrogativa** contra a auto-incriminação **e o direito de não ser tratado**, pelas autoridades públicas, como se culpado fosse, **observando-se**, desse modo, as **diretrizes**, previamente referidas, **consagradas** na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Se, **não obstante** essa realidade normativa **que emerge** do sistema jurídico brasileiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito – ou **qualquer** outro órgão posicionado na estrutura institucional do Estado – **desrespeitar** tais direitos **que assistem à generalidade** das pessoas, **justificar-se-á**, em tal específica situação, **a intervenção, sempre** legítima, do Advogado, **para fazer cessar** o ato arbitrário **ou**, então, **para impedir** que aquele que o constituiu culmine por auto-incriminar-se.

O **exercício** do poder de **fiscalizar** eventuais abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito **contra** aquele que por ela foi convocado para depor **traduz** prerrogativa indisponível



do **Advogado** no desempenho de sua atividade profissional, **não podendo**, por isso mesmo, ser cerceado, **injustamente**, na prática legítima de atos **que visem a neutralizar** situações configuradoras de arbítrio estatal **ou** de desrespeito aos direitos daquele que lhe outorgou o pertinente mandato.

A função de investigar **não** pode resumir-se a uma sucessão de abusos **nem** deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos **ou** que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. O **inquérito parlamentar**, por isso mesmo, **não pode transformar-se** em instrumento de prepotência **nem converter-se** em meio de transgressão ao regime da lei.

Os fins **não** justificam os meios. Há parâmetros ético- -jurídicos **que não podem e não devem** ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes **ou** pelas instituições do Estado. Os órgãos do Poder Público, **quando investigam**, processam **ou** julgam, **não estão exonerados** do dever de respeitar os **estritos** limites da lei **e** da Constituição, **por mais graves** que sejam os fatos cuja prática motivou a instauração do procedimento estatal.

CONTROLE JURISDICIONAL E SEPARAÇÃO DE PODERES.

Nem se diga, de outro lado, **na perspectiva** do caso em exame, **que a atuação** do Poder Judiciário, **nas hipóteses** de lesão, atual **ou** iminente, a direitos subjetivos amparados pelo ordenamento jurídico do Estado, **configuraria** intervenção ilegítima dos juízes e Tribunais **na esfera de atuação** do Poder Legislativo.

Eventuais divergências na interpretação do ordenamento positivo **não** traduzem **nem** configuram situação de conflito institucional, **especialmente** porque, **acima** de qualquer dissídio, **situa-se a autoridade** da Constituição **e** das leis da República.

Isso significa, na fórmula política do regime democrático, **que nenhum** dos Poderes da República **está acima** da Constituição **e** das leis. **Nenhum** órgão do Estado – **situe-se** ele no Poder Judiciário, **ou** no Poder Executivo, **ou** no Poder Legislativo – **é imune** à força da Constituição **e** ao império das leis.

Uma decisão judicial – **que restaura** a integridade da ordem jurídica **e que torna efetivos** os direitos assegurados pelas leis – **não pode ser considerada** um ato de interferência na esfera do Poder Legislativo, **consoante já proclamou o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, em **unânime** decisão:

“O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE

PODERES.

- A **essência** do postulado da divisão funcional do poder, **além** de derivar da necessidade de **conter** os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, **representa** o princípio conservador das liberdades do cidadão e **constitui** o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.

Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, **não pode constituir nem qualificar-se** como um **inaceitável** manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, **por parte** de qualquer agente do Poder Público **ou** de qualquer instituição estatal.

- **O Poder Judiciário**, quando intervém **para assegurar** as franquias constitucionais **e para garantir** a integridade e a supremacia da Constituição, **desempenha**, de maneira plenamente legítima, as atribuições **que lhe conferiu a própria** Carta da República.

O **regular** exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, **desde** que pautado pelo **respeito** à Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes.

Desse modo, **não se revela lícito afirmar**, na hipótese **de desvios jurídico-constitucionais** nas quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de **outro** Poder da República.”

(RTJ 173/805-810, **806**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A **exigência de respeito** aos princípios consagrados em nosso sistema constitucional **não** frustra **nem** impede o exercício pleno, **por qualquer CPI**, dos poderes investigatórios de que se acha investida.

A **observância dos direitos e garantias constitui fator de legitimação** da atividade estatal. **Esse dever de obediência** ao regime da lei **se impõe a todos** – magistrados, administradores e legisladores.

O poder **não** se exerce de forma ilimitada. No Estado democrático de Direito, **não há lugar para o poder absoluto**.

Ainda que em seu próprio domínio institucional, portanto, **nenhum órgão estatal pode**, legitimamente, **pretender-se superior ou supor-se fora** do alcance da autoridade suprema da Constituição Federal **e** das leis da República.

O **respeito efetivo** pelos direitos individuais e pelas garantias fundamentais outorgadas pela ordem jurídica aos cidadãos em geral **representa**, no contexto de nossa experiência institucional, **o sinal mais expressivo e o indício mais veemente** de que se **consolida**, em nosso País, de maneira real, o **quadro democrático** delineado na Constituição da República.

A **separação de poderes** – consideradas as circunstâncias históricas **que justificaram** a sua concepção no plano da teoria constitucional – **não pode ser jamais invocada** como princípio destinado a frustrar a **resistência jurídica** a qualquer ensaio de opressão estatal **ou a inviabilizar a oposição** a qualquer tentativa de comprometer, **sem justa causa, o exercício**, pela pessoa **que sofre** a investigação, **do seu direito de requerer** a tutela jurisdicional **contra abusos** que possam ser cometidos pelas instituições do Estado, **não importando se vinculadas à estrutura do Poder Legislativo**, do Poder Executivo **ou** do Poder Judiciário.

A **investigação parlamentar**, judicial **ou** administrativa de **qualquer** fato determinado, **por mais grave** que ele possa ser, **não prescinde** do respeito incondicional e necessário, **por parte** do órgão público dela incumbido, **das normas**, que, **instituídas** pelo ordenamento jurídico, **visam a equacionar**, no contexto do sistema constitucional, **a situação de contínua tensão dialética** que deriva do antagonismo histórico **entre** o poder do Estado (que **jamais** deverá revestir-se de caráter ilimitado) e os direitos da pessoa (que **não** poderão impor-se de forma absoluta).

É, portanto, na Constituição e nas leis – e **não na busca pragmática de resultados**, independentemente da **adequação** dos meios à disciplina **imposta** pela ordem jurídica – **que se deverá promover a solução do justo equilíbrio** entre as **relações de tensão** que emergem do estado de permanente conflito entre o princípio da autoridade e o valor da liberdade.

O **que simplesmente se revela intolerável**, e **não** tem sentido, **por divorciar-se** dos padrões ordinários de submissão à “*rule of law*”, é a sugestão – **que seria paradoxal, contraditória e inaceitável** – de que o respeito pela autoridade da Constituição e das leis possa traduzir fator ou elemento de frustração da eficácia da investigação estatal.

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **e sem dispensar o ora paciente da obrigação de comparecer** perante a “*CPMI dos Correios*”, **defiro** o pedido de medida liminar, **nos precisos** termos expostos **nesta** decisão, **em ordem a assegurar**, cautelarmente, a esse **mesmo** paciente, **(a) o direito de ser assistido** por seu Advogado **e de com este comunicar-se durante** o curso de seu depoimento **perante** a referida Comissão Parlamentar de Inquérito **e (b) o direito de exercer** o privilégio constitucional **contra** a auto-incriminação, **sem** que se possa adotar, **contra** o paciente em questão, como consequência **do regular exercício** dessa especial prerrogativa jurídica, **qualquer** medida restritiva de direitos **ou** privativa de liberdade, **não podendo**, ainda, tal paciente, **ser obrigado** “a assinar Termo de Compromisso na condição de testemunha” (fls. 11).



Comunique-se, **com urgência**, o teor deste ato decisório, ao eminente Senhor Presidente da “*CPMI dos Correios*”.

2. **Requisitem-se** informações ao órgão ora apontado como coator, **encaminhando-se-lhe cópia da presente decisão**.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2006.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2006-fev-14/supremo_dita_manual_poderes_limitacoes_cpis/